

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 300,43
Tensão em kV: 500/440
Subestações: 5

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 47.207 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 43.676 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	52,77	1,16
• Liquidez corrente	6,99	1,29
• Relação patrimônio líquido/ativo	98,11%	13,48%
• Relação passivo não circulante/ativo	0,08%	77,20%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	4,63%	(126,07%)
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	9,04%	48,12%
Ativo total	267.592	274.725
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	12.166	(46.680)

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.



POÇOS DE CALDAS **TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

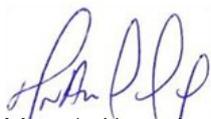
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.622	23.486
Concessionárias e permissionárias	8	4.953	4.859
Contas a receber - partes relacionadas	26	708	1.281
Estoques	9	1.944	1.851
Adiantamento a fornecedores		75	224
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		82	611
Outros impostos a recuperar		-	10
Outros ativos circulantes		545	609
		33.929	32.931
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	10	5.190	5.153
Imobilizado não vinculado à concessão	11	538	668
Imobilizado	11	214.553	222.581
Intangível	12	13.382	13.392
		233.663	241.794
Total do ativo		267.592	274.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		358	310
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.298	1.651
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	19.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar		380	331
Outros impostos a pagar		565	584
Taxas regulamentares	14	1.043	1.994
Outros passivos circulantes	15	1.208	1.383
		4.852	25.610
Passivo não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	206.444
Outras provisões - compensação ambiental		121	182
Provisão para contingências	16	97	97
Outros passivos não circulantes	17	-	5.364
		218	212.087
Patrimônio líquido	18		
Capital social		446.678	233.350
Prejuízo acumulado		(184.156)	(196.322)
		262.522	37.028
Total do passivo e do patrimônio líquido		267.592	274.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	43.958	41.101
Custo da operação	20	<u>(18.616)</u>	<u>(17.972)</u>
Lucro bruto		25.342	23.129
Despesas gerais e administrativas	21	(902)	(4.137)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(705)</u>	<u>(1.174)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		23.735	17.818
Resultado financeiro	23	<u>(9.733)</u>	<u>(62.989)</u>
Receita financeira		34.134	40.584
Despesa financeira		(43.867)	(103.573)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>14.002</u>	<u>(45.171)</u>
IRPJ e CSLL correntes	24	(1.836)	(1.509)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		<u><u>12.166</u></u>	<u><u>(46.680)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>12.166</u>	<u>(46.680)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>12.166</u>	<u>(46.680)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	233.351	(149.642)	83.709
Ajuste de capital de acordo com o estatuto	(1)	-	(1)
Prejuízo do exercício	-	(46.680)	(46.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	233.350	(196.322)	37.028
Aumento de capital (Nota explicativa 18)	213.328	-	213.328
Lucro líquido do exercício	-	12.166	12.166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.678	(184.156)	262.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido / Prejuízo do exercício antes dos impostos		14.002	(45.171)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	13	10.972	59.851
Depreciação e amortização		10.319	10.287
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(37)	(302)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(16)	-
Provisão para contingência	16	-	(38)
Atualização monetária - Compensação ambiental		(61)	267
Outros		-	143
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(79)	(424)
Contas a receber - partes relacionadas		574	(932)
Estoques		(93)	(1.003)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		529	(144)
Outros impostos a recuperar		10	-
Adiantamentos a fornecedores		149	70
Outros ativos		29	(498)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(305)	335
Tributos e contribuições sociais		839	1.419
Taxas regulamentares		(951)	208
Compensação Ambiental		-	(1.318)
Outros passivos		(5.538)	(7)
Juros pagos	13	(5.223)	(9.221)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.050)	(1.704)
Outros impostos pagos		(1.596)	(1.618)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		22.474	10.200
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	11/12	(2.116)	1.705
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(2.116)	1.705
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	(1)
Financiamentos pagos	13	(18.222)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(18.222)	(1)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.136	11.904
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.486	11.582
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.622	23.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 46 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 136 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 43.676 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 47.207 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,02% em 2020 e 0,5% no exercício de 2021, nos montantes de R\$3 (três mil reais) e R\$65 (sessenta e cinco mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2 Uso das estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.

- (b) Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

a. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

6 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		33.929	32.799	66.728	32.931	31.125	64.056
Caixa e equivalentes de caixa		25.622	-	25.622	23.486	-	23.486
Concessionárias e permissionárias		4.953	-	4.953	4.859	-	4.859
Contas a receber - partes relacionadas		708	-	708	1.281	-	1.281
Adiantamentos a fornecedores		75	-	75	224	-	224
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		82	-	82	611	-	611
Outros impostos a recuperar		-	-	-	10	-	10
Estoques		1.944	-	1.944	1.851	-	1.851
Ativo de contrato	a	-	32.799	32.799	-	31.125	31.125
Outros ativos circulantes		545	-	545	609	-	609
Ativo não circulante		233.663	(47.827)	185.836	241.794	(33.425)	208.369
Ativo de contrato	a	-	180.041	180.041	-	202.488	202.488
Outros ativos não circulantes		5.190	-	5.190	5.153	-	5.153
Imobilizado não vinculado à concessão		538	-	538	668	-	668
Imobilizado	b	214.553	(214.489)	64	222.581	(222.522)	59
Intangível	b	13.382	(13.379)	3	13.392	(13.391)	1
		267.592	(15.028)	252.564	274.725	(2.300)	272.425

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		4.852	-	4.852	25.610	-	25.610
Fornecedores terceiros		358	-	358	310	-	310
Fornecedores partes relacionadas		1.298	-	1.298	1.651	-	1.651
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	19.357	-	19.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar		380	-	380	331	-	331
Outros impostos a pagar		565	-	565	584	-	584
Taxas regulamentares		1.043	-	1.043	1.994	-	1.994
Outros passivos circulantes		1.208	-	1.208	1.383	-	1.383
Passivo não circulante		218	14.324	14.542	212.087	15.722	227.809
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	206.444	-	206.444
Outras provisões – compensação ambiental		121	-	121	182	-	182
Provisão para contingências		97	-	97	97	-	97
Impostos diferidos	c	-	14.324	14.324	-	15.722	15.722
Outros passivos não circulantes		-	-	-	5.364	-	5.364
Patrimônio líquido		262.522	(29.352)	233.170	37.028	(18.022)	19.006
Capital social		446.678	-	446.678	233.350	-	233.350
Prejuízo acumulado	d/e	(184.156)	(29.352)	(213.508)	(196.322)	(18.022)	(214.344)
		267.592	(15.028)	252.564	274.725	(2.300)	272.425

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	43.958	(20.016)	23.942	41.101	(18.528)	22.573
Custo da operação	e	(18.616)	8.046	(10.570)	(17.972)	10.580	(7.392)
Lucro bruto		25.342	(11.970)	13.372	23.129	(7.948)	15.181
Despesas gerais e administrativas		(902)	-	(902)	(4.137)	-	(4.137)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(705)	-	(705)	(1.174)	-	(1.174)
Resultado antes do resultado financeiro		23.735	(11.970)	11.765	17.818	(7.948)	9.870
Resultado financeiro		(9.733)		(9.733)	(62.989)	-	(62.989)
Receita financeira		34.134	-	34.134	40.584	-	40.584
Despesa financeira		(43.867)	-	(43.867)	(103.573)	-	(103.573)
Lucro antes dos impostos		14.002	(11.970)	2.032	(45.171)	(7.948)	(53.119)
IRPJ e CSLL correntes		(1.836)	-	(1.836)	(1.509)	-	(1.509)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	640	640	-	592	592
Prejuízo do exercício		12.166	(11.330)	836	(46.680)	(7.356)	(54.036)

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido societário	233.170	19.006
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(212.840)	(233.613)
Imobilizado	214.489	222.522
Intangível	13.379	13.391
Impostos diferidos passivos	14.324	15.722
Outros passivos circulantes	-	-
Patrimônio Líquido regulatório	262.522	37.028

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	836	(54.036)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(9.862)	(10.739)
Margem de construção	33.731	28.731
Outras receitas	(959)	798
PIS/COFINS Diferido	(758)	(702)
Depreciação regulatória	(10.182)	(10.140)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(640)	(592)
Lucro líquido (prejuízo) regulatório	12.166	(46.680)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

b. Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

c. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Banco	567	499
Aplicações financeiras (i)	25.054	22.986
	25.622	23.486
	25.622	23.486

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,34% do CDI.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	4.402	4.249
Vencidas até 30 dias	4	2
Vencidas até 60 dias	2	1
Vencidas até 90 dias	2	1
Vencidas até 120 dias	2	1
Vencidas até 180 dias	2	3
Vencidas há mais de 180 dias	563	642
	4.977	4.899
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(24)	(40)
	4.953	4.859

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(40)	(40)
Reversão	16	25
Adição	-	(25)
	(24)	(40)
Saldo em 31 de dezembro	(24)	(40)

9 Estoque

As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado de manutenção e operação	<u>1.944</u>	<u>1.851</u>
	<u>1.944</u>	<u>1.851</u>

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais trabalhistas	30	19
Reembolsos (i)	<u>5.160</u>	<u>5.134</u>
	<u>5.190</u>	<u>5.153</u>

- (i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato.

11 Imobilizado

11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	324.252	-	(37)	1.174	325.389	1.137	(121.400)	203.989	212.987
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.136	-	-	-	3.136	-	(1.335)	1.801	1.909
Máquinas e equipamentos	319.973	-	-	468	320.441	468	(119.144)	201.297	210.801
Veículos	1.075	-	(37)	706	1.744	669	(873)	871	253
Móveis e utensílios	68	-	-	-	68	-	(48)	20	24
Administração	44	-	-	-	44	-	(16)	28	34
Máquinas e equipamentos	44	-	-	-	44	-	(16)	28	34
	324.296	-	(37)	1.174	325.433	1.137	(121.416)	204.017	213.021
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	9.537	2.467	(329)	(1.174)	10.501	964	-	10.501	9.537
Máquinas e equipamentos	1.177	86	-	(84)	1.180	3	-	1.180	1.177
Outros	8.360	2.381	(329)	(1.090)	9.321	961	-	9.321	8.360
Administração	23	12	-	-	35	12	-	35	23
Máquinas e equipamentos	18	12	-	-	30	12	-	30	18
Outros	5	-	-	-	5	-	-	5	5
	9.560	2.479	(329)	(1.174)	10.536	976	-	10.536	9.560
Ativo imobilizado	333.856	2.479	(366)	-	335.969	2.113	(121.416)	214.553	222.581

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

Ativo não vinculado	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(803)</u>	<u>538</u>	<u>668</u>
Ativo não vinculado	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(803)</u>	<u>538</u>	<u>668</u>

11.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021		2020	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão (i)	7,81%	325.389	(121.400)	203.989	212.987
Administração (i)	7,51%	44	(16)	28	34
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.341	(803)	538	668
		326.774	(122.219)	204.555	213.689

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2021

Transmissão /Administração	Valor
Máquinas e Equipamentos	98
Veículos	706
Desenvolvimento de Projetos	1.413
Adiantamentos a Fornecedores	262
	<hr/>
	2.479

11.4 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2021

Transmissão	Valor
Desenvolvimento de Projetos	(165)
Adiantamentos a Fornecedores	(164)
	<hr/>
	(329)

11.5 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
RADIO DIGITAL DTR 720 1	Máquinas e equipamentos	10
GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT P/T - GUL60H/A-F(B) - UNIDADE EXTERNA SPLIT PT	Máquinas e equipamentos	6
ICMS	Máquinas e equipamentos	
Sistema PMU	Máquinas e equipamentos	214
Sistema PMU	Máquinas e equipamentos	170
AR CONDICIONADO - GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT - GUL60H/A-F(B) - UNIDADE EXTERNA SPLIT PT - GWC12QC-D3NNB4D/I - UNIDADE INTERNA SPLIT - GWC12QC-D3NNB4D/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	32
AR CONDICIONADO - GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT - GUL60H/A-F(B) - UNIDADE EXTERNA SPLIT - GWC12QC-D3NNB4D/I - UNIDADE INTERNA SPLIT - GWC12QC-D3NNB4D/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	15
TELEFONE SEM FIO DE LONGO ALCANCE MODELO DURAFON PSL	Máquinas e equipamentos	21
RENAULT MODELO: JM1 VERSAO: C1 2 A1M 2FS (DUSTERZEN 1.6 16V SCEMANUAL+ TECHNO PACK)	Veículos	84
MARCA TOYOTA,MOTOR 1GD-FTV,COMBUSTIVEL: DIESEL, TP	Veículos	207
CARROCERIA: CARROCERIA ABERTA/CABINE DUPLA	Veículos	207
MARCA TOYOTA,MOTOR 1GD-FTV,COMBUSTIVEL: DIESEL, TP	Veículos	207
CARROCERIA: CARROCERIA ABERTA/CABINE DUPLA	Veículos	207
MARCA TOYOTA,MOTOR 1GD-FTV,COMBUSTIVEL: DIESEL, TP	Veículos	207
CARROCERIA: CARROCERIA ABERTA/CABINE DUPLA	Veículos	207

11.6 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FABRICACAO 2008	Veículos	(14)
AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FABRICACAO 2008	Veículos	(5)
AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FABRICACAO 2008	Veículos	(14)
AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FABRICACAO 2008	Veículos	(5)

12 Intangível

12.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	13.415	-	-	13.415	-	(103)	13.312	13.325
Servidões	13.297	-	-	13.297	-	-	13.297	13.297
Softwares	118	-	-	118	-	(103)	15	28
Administração	73	-	4	77	4	(73)	4	-
Softwares	73	-	4	77	4	(73)	4	-
	13.488	-	4	13.492	4	(176)	13.316	13.325
Ativo intangível em curso								
Transmissão	66	-	-	66	-	-	66	66
Softwares	66	-	-	66	-	-	66	66
Administração	1	3	(4)	-	(1)	-	-	1
Softwares	1	3	(4)	-	(1)	-	-	1
	67	3	(4)	66	(1)	-	66	67
Ativo Intangível	13.555	3	-	13.558	3	(176)	13.382	13.392

12.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	13.415	(103)	13.312	13.325
Administração (i)	10,00%	77	(73)	4	-
		13.492	(176)	13.316	13.325

(i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3 Principais adições do ativo intangível em serviço em 2021

Administração	Grupo	Valor
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS	Softwares	3

12.4 Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS	Softwares	4

13 Empréstimos - Partes relacionadas

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Frequên- cia da amorti- zação	Sistemá- tica da amorti- zação	Garantias	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	nov/14	dez/28	Semestral	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a	-	225.801
								-	225.801
Circulante								-	19.357
Não circulante								-	206.444
								-	225.801

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Assunção da dívida	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
State Grid International Development Limited (SGID)	225.801	10.972	(5.223)	(213.328)	(18.222)	-
Total	225.801	10.972	(5.223)	(213.328)	(18.222)	-

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	175.171	59.851	(9.221)	-	-	225.801
Total	175.171	59.851	(9.221)	-	-	225.801

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 70.800 (setenta milhões e oitocentos mil reais), correspondente a R\$ 184.257 (cento e oitenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais), com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025.

Em 2020 somente foi efetuado o pagamento dos juros.

Nos meses de junho e julho de 2021, a Companhia pagou principal e juros no valor de R\$ 21.604 (vinte e um milhões, seiscentos e quatro mil reais).

No dia 30 de setembro de 2021, a controladora SGBH celebrou um contrato de assunção da dívida com a SGID onde a SGBH realiza no mesmo valor de quitação do empréstimo, um aumento de capital com emissão de novas ações na Companhia nos termos previstos no Contrato de Assunção da Dívida onde a SGBH como Controladora passa a ser a credora da dívida com a SGID. O valor desta transação foi de R\$ 213.328 (duzentos e treze milhões e trezentos e vinte e oito mil reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor e R\$ 1.839 (um milhão e oitocentos e trinta e nove mil reais) de juros.

Neste empréstimo não havia cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

14 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	50	54
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	303	302
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	690	1.638
	1.043	1.994
	1.043	1.994

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 101 (cento e um mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 175 (cento e setenta e cinco mil reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

15 Outros passivos circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias	536	786
Provisão de Bônus	584	479
Tributos retidos	88	118
	1.208	1.383
	1.208	1.383

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	<u>97</u>	<u>97</u>
	<u><u>97</u></u>	<u><u>97</u></u>

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97	97
Adições e reversões, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97	97

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>135</u>
Adições e reversões, líquidas	<u>(135)</u>	<u>97</u>	<u>(38)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>97</u>	<u>97</u>

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais e cível, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista (i)	217	-
Ambiental (ii)	2.244	2.179
Fiscal (iii)	20.426	19.378
Cível (iv)	<u>10</u>	<u>-</u>
	<u><u>22.897</u></u>	<u><u>21.557</u></u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a reclamação trabalhista movida em desfavor da Companhia, autuada sob o nº 0010404-27.2021.5.15.0004, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Estado de São Paulo, e na qual se discute verbas contratuais legais, parcelas indenizatórias e outras.
- (ii) Processos ambientais: Referem-se a três processos administrativos, autuados sob o nº 02001.001571/2017-33, 02027.000945/2011-10 e 02001.001572/2017-88, os quais tramitam respectivamente pelos Estados de São Paulo e Brasília, junto ao IBAMA, e nos quais se discute suposto descumprimento de condicionante de licença de operação.

- (iii) Processos Fiscais: Referem-se a uma ação judicial e a três processos administrativos fiscais, que discutem diversos os tributos ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Os feitos foram autuados sob o nº 40385590, 15586.720028/2020-52 e 15586.720.029/2020-05, e tramitam pelo Estado do Espírito Santo.
- (iv) Processos cíveis: Refere-se a ação judicial objeto do Processo nº 1015253-48.2021.4.01.3803, do Estado de Minas Gerais, na qual se discute mandado de segurança com pedido de concessão de medida liminar inaudita altera parte.

17 Outros passivos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	3.440
Atualização monetária (i)	-	1.924
	-	5.364

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 233.350 (duzentos e trinta e três milhões e trezentos e cinquenta mil reais) para R\$ 446.678 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 213.328 (duzentos e treze milhões, trezentos e vinte e oito mil), mediante a emissão de 213.328 (duzentas e treze milhões, trezentas e vinte e oito mil) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital,

	2021 e 2020
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	47.545	44.533
Receita de rateio de antecipação	(231)	(844)
Receita de encargos de transmissão	45.426	43.265
Recuperação de PIS e COFINS	1.725	1.620
Receita de novas obras RBNI	16	5
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(997)	(994)
Indisponibilidade de equipamentos	(100)	35
Descontos Incidentes na TUST	1.706	1.446
Deduções da receita operacional	(3.587)	(3.432)
PIS	(309)	(289)
COFINS	(1.426)	(1.335)
P&D	(440)	(407)
RGR	(1.241)	(1.239)
TFSEE	(171)	(162)
	43.958	41.101

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2021.

20 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(5.674)	(5.435)
Material	(551)	(173)
Serviços de terceiros	(1.260)	(1.304)
Arrendamentos e aluguéis	(57)	(27)
Seguros	(123)	(114)
Tributos	(6)	(4)
Depreciação e amortização	(10.182)	(10.140)
Comunicação e telecomunicação	(132)	(385)
Outros	(631)	(390)
	(18.616)	(17.972)

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.314)	(3.322)
Material	(95)	(82)
Serviços de terceiros	(501)	(428)
Arrendamentos e aluguéis	(111)	(95)
Seguros	(3)	(3)
Provisão/reversão (i)	3.448	128
(-) Recuperação de Despesas	62	-
Tributos	(4)	(2)
Depreciação e amortização	(7)	(14)
Outras	(377)	(319)
	(902)	(4.137)

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(3.595)	(3.556)
Encargos	(1.205)	(1.164)
Previdência privada	(42)	-
Outros Benefícios - Corrente	(815)	(709)
Outros	(17)	(6)
	<u>(5.674)</u>	<u>(5.435)</u>
Pessoal - administração	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(1.759)	(1.526)
Encargos	(691)	(667)
Previdência privada	(21)	-
Benefícios	(318)	(334)
Outros	(285)	(372)
Administradores	(240)	(423)
	<u>(3.314)</u>	<u>(3.322)</u>
	<u>(8.988)</u>	<u>(8.757)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	<u>34.134</u>	<u>40.584</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.010	444
Variações cambiais ativas	33.057	40.132
Outras receitas financeiras	67	8
Tributos sobre receitas financeiras		
Despesa financeira	<u>(43.867)</u>	<u>(103.573)</u>
Variações cambiais passivas (i)	(38.812)	(90.871)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	(6.957)	(12.196)
Outras despesas financeiras (ii)	1.902	(506)
	<u>(9.733)</u>	<u>(62.989)</u>

- (i) Variação refere-se a câmbio na perda de variação cambial e juros sobre empréstimo com a SGID que foi quitado em setembro/21.
- (ii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	47.544	44.500
Base de cálculo (8%)	3.803	3.560
Outras receitas	1.165	380
Base de cálculo	4.968	3.940
IR devido	(1.218)	(979)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	(7)
Total de IRPJ	(1.218)	(986)
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	47.544	44.500
Base de cálculo (12%)	5.705	5.339
Outras receitas	1.165	380
Base de cálculo	6.870	5.719
CSLL devida	(618)	(515)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	(8)
Total de CSLL	(618)	(523)
Total de IRPJ/CSLL	(1.836)	(1.509)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

a. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.622	23.486
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	26	708	1.281
Concessionárias e permissionárias	8	4.953	4.858
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos - partes relacionadas	13	-	225.801
Fornecedores - terceiros		358	310
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.298	1.651

b. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

c. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

d. Riscos de taxas de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	25.622	23.486
Contas a receber partes relacionadas	708	1.281
Concessionária e Permissionárias	4.953	4.859
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	-	225.801

e. Risco cambiais

Os resultados da Companhia estavam suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos no exercício de 2020, porém em 2021 os empréstimos em dólar foram integralmente quitados. Apesar disso, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

f. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

g. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

2.1. Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>708</u>	<u>1.281</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	682	1.254
Outros	26	27

26.1 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
	<u>1.298</u>	<u>227.452</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.298</u>	<u>1.651</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.298	1.651
Empréstimos partes relacionadas (Nota explicativa 13)	-	225.801

26.2 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>(15.251)</u>	<u>(64.640)</u>
Despesa de aluguel (ii)	(96)	(80)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(2.443)	(1.625)
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 23)	(6.957)	12.196
Varição cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	33.057	40.132
Varição cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	(38.812)	(90.871)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.437	160.437
Veículos	Carros	1.730	722
		<u>182.167</u>	<u>181.159</u>